



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

14º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ANGRA DOS REIS

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2025 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) A mutação constitucional consiste na alteração do significado de uma norma da Constituição, sem a observância de mecanismos formais ou alteração do texto. Essa assertiva está:

- a) Incorreta, pois a mutação constitucional é sempre um processo de alteração do significado da Constituição por meios formais;
- b) Incorreta, uma vez que necessariamente, a mutação constitucional implica na alteração do texto da Constituição pelo Poder Legislativo;
- c) Correta, pois, de fato, se afigura na alteração do significado da norma constitucional, sem observância de mecanismos formais ou alteração do texto;
- d) Incorreta, pois ela sempre será realizada pela via interpretativa do Poder Judiciário, que alterará expressamente o texto constitucional;
- e) Incorreta, pois a mutação constitucional está disposta expressamente na Constituição, que prevê mecanismos formais para a sua implementação.

2) Correlacione as assertivas I, II, III e IV com as classificações da Constituição:

I – Constituição imposta, de maneira unilateral, por agente que não recebeu legitimidade popular.

II – Constituição que não traz regras em um único texto solene e codificado. Mas baseia-se nos usos, costumes, jurisprudência e convenções.

III – Constituição que exige, para a sua modificação, um processo legislativo mais dificultoso que o processo legislativo ordinário.

IV- Constituição que é enxuta, veiculadora tão somente de normas que estruturam o Estado e preveem princípios fundamentais.

- a) I - outorgada, II - não-escrita, III - rígida e IV - sintética;
- b) I - promulgada, II - não-escrita, III - flexível e IV - sintética;
- c) I - outorgada, II - escrita, III - rígida e IV - analítica;
- d) I - outorgada, II - não-escrita, III - flexível e IV - sintética;
- e) I - promulgada, II - não-escrita, III - rígida e IV – analítica.

3) Sobre a organização político-administrativa brasileira, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A federação brasileira é formada pela União, pelos Estados, Distrito Federal e pelos Municípios, que gozam de soberania;
- b) Aos entes federados é autorizado estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los e manter com eles ou seus representantes relações de dependência;
- c) O desmembramento de Município não depende de consulta prévia à população envolvida;
- d) É competência comum de todos os entes federados proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- e) As terras tradicionalmente ocupadas por indígenas são bens dos Estados.

4) Com base na Constituição Federal e nos princípios que regem a organização dos entes federativos, assinale a alternativa CORRETA sobre o Poder Legislativo:

- a) Os deputados federais são eleitos pelo sistema eleitoral majoritário;
- b) As Assembleias Legislativas dos Estados têm competência para legislar privativamente sobre direito civil e penal, desde que haja interesse regional;
- c) Os vereadores estão sujeitos às mesmas regras de imunidade material e formal aplicáveis aos deputados estaduais;
- d) As CPIs estaduais não têm poderes de investigação de fato que diga respeito exclusivamente a competência federal;
- e) A instauração de uma CPI exige o voto favorável da maioria absoluta dos parlamentares.

5) Considerado a funções essenciais à justiça, assinale a alternativa CORRETA sobre a atuação dos Procuradores de Estado:

- a) Exercem a função jurisdicional no âmbito da administração pública estadual;
- b) Realizam a defesa judicial e extrajudicial do Estado, representando-o em juízo e na consultoria jurídica da administração pública estadual;
- c) Têm como principal atribuição promover a ação penal pública contra agentes estaduais;
- d) Atuam de forma autônoma e independente, podendo se manifestar contrariamente aos interesses do Estado;
- e) Não estão previstos expressamente na Constituição Federal.

6) Com base nas normas sobre o regime constitucional aplicável aos agentes públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A vitaliciedade é um atributo exclusivo dos servidores ocupantes de cargos efetivos após três anos de exercício no serviço público;
- b) A reparação de danos causados por agente público no exercício de suas funções deve ser promovida diretamente contra o servidor, sendo o Estado apenas responsável subsidiário;
- c) O cargo em comissão é de livre nomeação, contudo a exoneração somente pode ocorrer se o servidor público cometer infração administrativa prevista na legislação aplicável;
- d) Nenhum servidor público está autorizado a realizar greve, sobretudo aquele que exerce suas funções na segurança pública;
- e) O servidor público civil tem garantido o direito à livre associação sindical.

7) Com base na teoria geral do poder constituinte e na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O poder constituinte originário é inicial, ilimitado, incondicionado e responsável por criar uma nova ordem jurídica;
- b) O poder constituinte derivado deve observar os limites impostos pelo poder constituinte originário no texto constitucional;
- c) Aos Estados-membros é conferido poder constituinte decorrente, permitindo-lhe estabelecer suas próprias constituições, ainda que não haja observância dos princípios da Constituição Federal;
- d) Uma das cláusulas pétreas prevista no texto constitucional é a separação de poderes;
- e) A revisão e a emenda constitucional não são exemplos do exercício do poder constituinte originário.

8) Assinale a alternativa CORRETA sobre o controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro:

- a) O controle difuso permite que qualquer juiz ou tribunal deixe de aplicar uma norma inconstitucional em um caso concreto;
- b) O controle de constitucionalidade é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário;
- c) O Governador do Estado tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade, estando ou não presente a pertinência temática;
- d) Não há exercício do controle de constitucionalidade durante a tramitação do processo legislativo de confecção de uma lei;
- e) Assim como ocorre na ação popular, qualquer cidadão pode propor uma ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.

9) Assinale a alternativa que não corresponde à uma característica dos direitos fundamentais:

- a) Aplicabilidade imediata;
- b) Historicidade;
- c) Imprescritibilidade;
- d) Renunciabilidade;
- e) Relatividade.

10) Assinale a alternativa CORRETA sobre as normas que regem os Poderes Executivo e Judiciário, conforme a Constituição Federal de 1988:

- a) O governador do Estado depende de autorização da Assembleia Legislativa para nomear Secretários de Estado;
- b) Os desembargadores são eleitos pelo povo, com mandato de oito anos;
- c) O Presidente da República é eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, estando vedada a reeleição;
- d) As decisões do Supremo Tribunal Federal dependem de aprovação prévia do Senado Federal;
- e) O Chefe do Poder Executivo Estadual poderá vetar total ou parcialmente o projeto de lei que entender ser inconstitucional.

DIREITO CIVIL

11) A personalidade civil da pessoa natural, nos termos do Código Civil brasileiro, começa:

- a) Sempre a partir da concepção;
- b) Com o registro de nascimento lavrado no cartório competente;
- c) Com a maioridade civil, aos 18 anos completos;
- d) Com a emancipação dos menores, desde que judicialmente autorizada;
- e) Do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

12) Acerca da desconsideração da personalidade jurídica, segundo os termos do Código Civil:

- a) Somente pode ser aplicada em casos de sociedades anônimas;
- b) É aplicável em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial;
- c) Aplica-se automaticamente sempre que há inadimplemento contratual, ainda que não haja desvio de finalidade ou confusão patrimonial;
- d) Independe de decisão judicial e de requerimento da parte ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo;
- e) Constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

13) De acordo com o Código Civil, em relação ao domicílio, é INCORRETO afirmar:

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo;
- b) O domicílio dos Estados e Territórios é as respectivas capitais;
- c) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados;
- d) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso;
- e) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, ainda que não haja intenção manifesta de o mudar.

14) Assinale a alternativa CORRETA quanto aos bens públicos, segundo o Código Civil:

- a) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são alienáveis; enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar;
- b) Os bens públicos dominicais não podem jamais ser alienados;
- c) Os bens públicos estão sempre sujeitos a usucapião;
- d) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem;
- e) São bens públicos os de uso especial, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.

15) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei;
- b) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa;

- c) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir;
- d) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada;
- e) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.

16) Sobre os defeitos do negócio jurídico segundo o Código Civil, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio;
- b) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização;
- c) Configura-se a coação quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa;
- d) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta;
- e) Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.

17) Acerca da prescrição e da decadência, segundo o Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- b) A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor;
- c) A exceção não prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- d) Não pode o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.
- e) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.

18) Considere as seguintes alternativas:

I – A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

II - Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.

III - Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.

IV – Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado pela dívida toda.

V - Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.

Estão INCORRETAS:

- a) Somente I, III e V
- b) Nenhuma das alternativas
- c) Todas as alternativas
- d) Somente II, IV e V
- e) Somente III e IV

19) Acerca da disciplina dos Contratos no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé;
- b) A oferta ao público jamais pode equivaler a proposta, ainda que encerre os requisitos essenciais ao contrato;
- c) A aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, não importará nova proposta;

- d) Nos contratos unilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro;
- e) Nos contratos de execução imediata, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos ordinários e previsíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar não retroagirão à data da citação.

20) Sobre o ato ilícito e a responsabilidade civil segundo os termos do Código Civil, é CORRETO afirmar que:

- a) Aquele que, apenas por ação voluntária, ainda que sem negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, salvo se exclusivamente moral, comete ato ilícito;
- b) Não comete ato ilícito nem abusivo o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes;
- c) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo;
- d) O juiz não poderá reduzir, equitativamente, a indenização, mesmo que haja excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano;
- e) Haverá obrigação de reparar o dano, desde que comprovada a culpa grave, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Acerca do recurso de apelação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Caberá da decisão que extinguir o processo em relação a um dos litisconsortes;
- b) Será interposta e admitida pelo juiz em primeiro grau, que em seguida remeterá os autos ao tribunal;
- c) Não terá efeito suspensivo, em regra;
- d) Servirá para impugnar o capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória;
- e) Não poderá acarretar o julgamento do mérito da demanda se o recurso impugnar sentença que extinguiu o processo pelo art. 485 do CPC, ainda que o processo esteja em condições de imediato julgamento.

22) Sobre a norma processual e os princípios gerais do direito processual, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Sobre a sucessão de normas no tempo o CPC/15 adotou a Teoria da Unidade, ao dispor que o processo só poderá ser regulado por um conjunto de normas e princípios, ainda que no curso dele entre em vigor uma nova lei processual;
- b) A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, ressalvadas as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte;
- c) Para postular em juízo é necessário legitimidade, dispensado o interesse;
- d) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve exclusivamente por impulso do autor;
- e) Proposta a demanda, a ameaça ou lesão ao direito serão decididas pelo juiz por sentença, mesmo que no curso do processo desejem as partes uma solução consensual do conflito.

23) Assinale a alternativa CORRETA a respeito da contestação no procedimento comum:

- a) É a oportunidade em que o réu terá para alegar todas as defesas, salvo se forem relativas a direito ou fato superveniente, competir ao juiz conhecer delas de ofício ou, por expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e grau de jurisdição;
- b) Será apresentada sempre no prazo de quinze dias, a contar da citação do réu;
- c) Se o Estado não a apresentar no prazo legal, sofrerá os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiras as alegações do autor;

- d) Não poderá veicular preliminar de impugnação ao valor da causa;
- e) Não poderá veicular reconvenção para o réu manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

24) Assinale a alternativa CORRETA sobre os auxiliares da Justiça no CPC/15:

- a) O Oficial de Justiça fará pessoalmente citações, penhoras, arrestos e demais diligências próprias do seu ofício, não se inserindo no seu feixe de atribuições avaliar bens penhorados, o que deverá ser realizado por perito nomeado pelo juiz;
- b) Desde a vigência do CPC/15, o perito será nomeado entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado, ainda que para a localidade não haja inscrito no cadastro disponibilizado pelo Tribunal;
- c) Não havendo entidade pública disponível para realizar a perícia, a Fazenda Pública será obrigada a adiantar os honorários periciais de prova que requerer;
- d) O escrivão ou o chefe de secretaria atenderá, em qualquer hipótese, à ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais;
- e) O depositário infiel não responderá civilmente pelos prejuízos causados às partes.

25) Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos prazos processuais:

- a) Caso o recorrente não comprove o feriado no ato de interposição do recurso, o tribunal deverá abrir a oportunidade para a comprovação posteriormente ou poderá desconsiderá-lo se essa informação já constar nos autos;
- b) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte;
- c) Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa;
- d) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento;
- e) Não será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

26) Assinale a alternativa INCORRETA acerca da competência, à luz do CPC/15 e da jurisprudência do STF:

- a) A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado, restringida a aplicação dessa norma aos limites do território de cada ente subnacional ou ao local de ocorrência do fato gerador;
- b) Se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou na capital do respectivo ente federado, restringida a competência do foro de domicílio do autor às comarcas inseridas nos limites territoriais do estado-membro ou do Distrito Federal que figure como réu;
- c) Para as ações em geral fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa;
- d) As partes não poderão modificar a competência em razão do valor e do território;
- e) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.

27) Assinale a alternativa CORRETA a respeito da intervenção de terceiros:

- a) A assistência será admitida em qualquer procedimento e até a sentença, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre;
- b) Atuando no processo, o assistente simples se submeterá à autoridade da coisa julgada nos exatos limites em que se submete o assistido;
- c) O *amicus curiae* não pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas;

- d) Na ação em que o fiador é réu, não poderá ser chamado ao processo o afiançado;
- e) A citação do denunciado será requerida na petição inicial, se o denunciante for autor, ou na contestação, se o denunciante for réu.

28) Assinale a alternativa CORRETA a respeito dos requisitos da petição inicial:

- a) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado;
- b) O pedido deve ser certo, não se compreendendo no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência;
- c) Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas precisarão ser incluídas pelo autor para serem consideradas incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las;
- d) Cumulação de pedidos sucessiva é feita na petição inicial a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior;
- e) O pedido e a causa de pedir não poderão ser aditados após a citação do réu.

29) João, Procurador do Estado, recebeu uma intimação de acórdão do Tribunal de Justiça que negou provimento à sua apelação, deixando de apreciar e se manifestar sobre as teses que demonstram que a sentença contrariou a lei federal. Em seguida, o Procurador despacha o processo ao estagiário solicitando minutar o recurso o mais adequado contra essa decisão.

Acerca desse recurso, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Será apenas o Recurso Especial, eis que se trata de causa decidida em última instância pelo Tribunal de Justiça que contrariou tratado ou lei federal ou lhe negou vigência;
- b) Serão os Embargos de Declaração, que, se rejeitados, ensejarão a interposição de recurso especial que deverá discutir obrigatoria e exclusivamente a violação ao art. 1.022 do CPC;
- c) Serão os Embargos de Declaração, que, providos e gerando a modificação da decisão, o recorrido que já tiver interposto recurso da decisão originária terá o direito de complementar ou alterar suas razões, nos exatos limites da modificação, no prazo de 15 (quinze) dias;
- d) Será oposto pelo Estado no prazo de cinco dias, dispensado o preparo;
- e) Será o Recurso Extraordinário, por equivaler a contrariedade à lei federal a sua declaração de inconstitucionalidade.

30) Acerca da Súmula Vinculante, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação só será admitido após o esgotamento das vias administrativas;
- b) O Superior Tribunal de Justiça poderá, de ofício ou por provocação, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, editar enunciado de súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma prevista nesta Lei;
- c) O Governador do Estado poderá propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante;
- d) O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que não autoriza a suspensão do processo;
- e) A proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante não autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.